



GUERRA E NARRATIVA: REPENSANDO O PROTAGONISMO POTIGUAR, CAETÉ E TABAJARA E A CONQUISTA DAS CAPITANIAS DO NORTE DO ESTADO DO BRASIL NO SÉCULO XVI

WAR AND NARRATIVE: RETHINKING THE POTIGUAR, CAETÉ AND TABAJARA PROTAGONISM AND THE CONQUEST OF THE NORTHERN CAPTAINCIES OF THE STATE OF BRAZIL IN THE SIXTEENTH CENTURY

SILVA, Kalina Vanderlei *

<https://orcid.org/0000-0002-8370-1894>

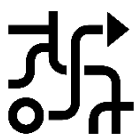
RESUMO: Buscamos aqui revisitar fontes coloniais que embasam os discursos historiográficos acerca dos papéis indígenas nas guerras da dita conquista das Américas, investigando a construção de uma narrativa linear e retrospectiva de eventos que apresentam os atores sociais indígenas como meros coadjuvantes de sua própria história. Partimos de uma análise narratológica, discursiva e indiciária, além das premissas da *New Conquest History* (NCH) e da Nova História Indígena (NHI), para questionarmos o contexto de produção e a estrutura de narrativas que estabelecem cenas, papéis e personagens em relatos da dita conquista das capitanias de Pernambuco e Paraíba, que apresentam como protagonistas apenas os europeus, em cadeias de eventos que seguem uma linearidade teleológica segundo a qual apenas um desfecho seria possível: a vitória europeia sobre indígenas sem agência. Ao questionarmos essas narrativas, buscamos nelas também os indícios da ação política e militar indígena na costa nordeste da América portuguesa quinhentista. Levantamos, ainda, questões sobre conceitos como conquista e protagonismo em fontes canônicas para a História Colonial, como a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador e a obra de compiladores oitocentistas, como Pereira da Costa, tentando, na esteira desses questionamentos, juntar fragmentos para a construção de uma história político-militar dos Caeté, Potiguar e Tabajara no momento da invasão europeia.

PALAVRAS-CHAVE: Tupi; Guerra; Narratologia

ABSTRACT: This paper seeks to revisit colonial sources that support the discourses about indigenous roles in the wars of the so-called conquest of the Americas, investigating the construction of a linear and retrospective narrative of events that presents indigenous people as mere supporting actors of their own history. It starts from a narratological, discursive and indiciary analysis, and from the premises of *New Conquest History* (NCH) and New Indigenous History (NHI), to question the context of production and the structure of narratives that established scenes, roles and characters in accounts of the so-called conquest of the captaincies of Pernambuco and Paraíba, accounts that present as protagonists only the Europeans in a chains of events that follow a teleological linearity according to which only one outcome would be possible: the European victory over indigenous people without agency. By questioning these narratives, the paper also seeks evidence of indigenous political and military action on the northeast coast of sixteenth-century Portuguese America. It also raises questions about concepts such as conquest and protagonism in canonical sources for Colonial History such as the *History of Brazil* by Frei Vicente do Salvador and the work of nineteenth-century historians such as Pereira da Costa, trying, in the wake of these questions, to gather fragments for the construction of a political-military history of the Caeté, Potiguar and Tabajara at the time of the European invasion.

KEYWORDS: Native Americans; War; Narratology.

* Professora Associada da Universidade de Pernambuco, Livre-Docente pela Universidade de Pernambuco, Pós-Doutora pela Universidad de Salamanca, Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Produtividade do CNPq. Coordenadora do GEHSCAL-UPE e Kmikyá-Histórias Indignas (@kmaikyá). Email: kalina.silva@upe.br. Pesquisa financiada pelo CNPq.



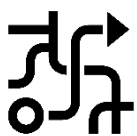
INTRODUÇÃO:

Quando falamos de Conquista em relação à historiografia brasileira, em geral, falamos de uma das seguintes abordagens: a história da invasão dos territórios que depois passaram a constituir a América espanhola (Romano, 1973; Bruit, 1992; Santos, 2014); a história da expansão da colonização pelos sertões, tanto das capitanias do norte, quanto de Minas ou da Amazônia (Ivo, 2005; Rezende, 2006; Carrara, 2007; Rocha, 2016; Silva, 2020c; Silva, 2023b); ou ainda a da invasão patrocinada pela Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, a WIC (Mello, 2009). Em diálogo com essas abordagens, em torno de alguns territórios foram construídas narrativas específicas, principalmente de luta luso-americana contra invasores europeus e seus aliados indígenas: caso da Paraíba, com sua história estabelecida, desde uma historiografia nativista oitocentista, como uma de conquista contra os franceses e, em menor escala, os Potiguar (Brito, 2020).

Nesse sentido, a 'conquista', quando vista pela historiografia brasileira, ocupa nichos narrativos específicos. Nichos, por sua vez, que estabeleceram papéis definidos e subordinados, para os atores sociais indígenas, pois, como diz Maria Regina Celestino de Almeida (2017):

As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos portugueses, enquanto os índios pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e transformados por eles. Nos anos 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, propulsora da chamada história dos vencidos, criticava essas abordagens com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os índios. Desconstruíam o caráter heroico dos nossos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os índios como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores. A mensagem subjacente em narrativas como essas, nas quais um grupo, na condição de herói ou de vilão, vencia, dominava e anulava o outro enquanto agente social, parece bem clara na afirmação da superioridade de uns sobre os outros.

Assim, a História das conquistas americanas se acostumou a retirar dos indígenas qualquer protagonismo, quando não qualquer agência, formulada a partir de um discurso que em muito ultrapassava os limites da historiografia brasileira, como a crítica de Mathew Restall (2022, p. VII) deixa claro:



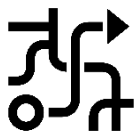
Historians have for too long slavishly followed Francisco Lopez de Gomara's labeling of the war as la Conquista de Mexico, thereby perpetuating his propaganda, turning his deliberate disinformation into fact. (...) That war was a complex and conflicting set of efforts by dominant *altepemeh*, or city-states, to rebalance power in Mexico's central valleys, using Spanish invaders as allies. We take the wrong interpretive path the minute we refer to it as the Conquest of Mexico.

Ou seja, Restall olha de forma crítica para a narrativa historiográfica ocidental como um todo, especificamente aquela voltada para a conquista ibérica sobre indígenas mesoamericanos, observando como ela se estrutura como um processo linear e teleologicamente definido a favor dos europeus, baseada em fontes que eram pouco mais do que discursos propagandísticos dos 'conquistadores'. Acreditamos que tal crítica se encaixa perfeitamente quando aplicada às ditas conquistas das capitanias do norte do Estado do Brasil no século XVI que, de um processo complexo de conflitos indígenas, foram transformadas pelas crônicas coloniais (e pela narrativa oficial da História do Brasil oitocentista) em uma série de eventos onde a agência estava apenas com os invasores e nos quais os personagens indígenas eram meros coadjuvantes.

Logo, pensando Caeté, Potiguar e Tabajara,¹ senhores do litoral desse território, como protagonistas de guerras onde os invasores europeus eram entendidos como recursos adicionais a sua cultura bélica, nos pomos a questionar os escritos de Frei Vicente do Salvador ([1627] 2010), o *Sumário das Armadas* ([1585] 1996) e o relatório de Gabriel Soares de Souza ([1587] 2000) em busca de pistas das motivações desses agentes que sirvam de subsídio para a construção de uma versão diferente da história tupi; uma que contradiga o discurso dos 'aliados nativos', construído e difundido a partir desses textos coloniais (Meira, 2020, p. 16).

Para tanto, organizamos este trabalho em torno de duas questões: a primeira examina a forma como os cronistas, que contaram eventos que tinham os Caeté, Potiguar e Tabajara como personagens, estruturaram suas histórias de forma a apresentá-los como coadjuvantes. Para isso, seguimos as propostas da narratologia que "se preocupa com as estruturas linguísticas de organização da narração" (Silva, 2011, p. 17) e que investiga a relação entre forma e conteúdo, discurso e história das

¹ Empregamos aqui a *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais* (1953) para a grafia de etnônimos, que estabelece: os etnônimos devem ser grafados com maiúsculas, a não ser quando empregados como adjetivos e não flexionam gênero ou número.

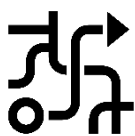


narrativas (Fonseca, 2019, p. 21); e dialogamos com a Análise de Discurso, segundo Eni Orlandi (1990, p. 18), que busca o que é omitido e as formas como os fatos são relatados, para dissecar as configurações coloniais de narrar que, apesar de diminuir a presença indígena, deixam pistas suficientes para nos mostrar que essa presença existia em tais eventos.

No segundo eixo, buscamos a agência e o protagonismo bélico dos atores sociais indígenas a partir dos fragmentos de sua ação que sobreviveram ao silenciamento e à própria estrutura das narrativas. Partindo, então, dos conceitos de protagonismo e agência (Silva, 2019),² indagamos às fontes sobre táticas e estratégias políticas e militares desenhadas por Caeté, Potiguar e Tabajara nos conflitos ditos de conquista.

Tal coleta de fragmentos começa por considerar a natureza dos relatos coloniais que nos servem de fontes. Iniciando pela *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. Escrita nas primeiras décadas do século XVII, essa narrativa apenas foi organizada, publicada e estudada pelos historiadores na segunda metade do século XIX, como parte do projeto de construção de uma História do Brasil oficial e sancionada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Andrade, 2004, p. 52-53, 788-79; Nascimento, 2019). A partir daí, a *História* de Frei Vicente passou a exercer grande influência em forma, conteúdo, cronologia, temas e personagens da versão inventada pelo IHGB: de sua definição de eventos considerados importantes a sua escolha de personagens a serem inseridos nesse enredo. Da mesma forma, também o tratado de Gabriel Soares de Souza, escrito em 1587 para convencer a Corte espanhola das potencialidades exploratórias da América portuguesa, só veio à tona no contexto do IHGB (Raminelli, 2008, p. 47-50).

² Trabalhamos com o conceito de protagonismo indígena, entendido como a busca pelas ações e reações de atores indígenas às políticas coloniais e sua influência nos rumos gerais dos processos históricos, segundo principalmente, mas não exclusivamente, Maria Regina Celestino de Almeida e João Pacheco de Oliveira (2016) e Santos e Felipe (2016). Já para agência, trabalhamos com Sherry Ortner (2007, p. 47) para quem agência é um fenômeno que intercala atuação individual e determinações sociais, onde a ação de sujeitos históricos é definida tanto por sua ação individual quanto pelo quadro dialético de redes de solidariedades e situações de competição que o envolvem.



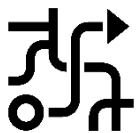
Além disso, esses textos foram elaborados muito depois dos eventos narrados, sob a influência de uma visão retrospectiva dos mesmos, baseados, inclusive, em relatos de terceiros. Apenas o *Sumario das Armadas*, dentre as crônicas aqui observadas, pode ser entendido como elaborado no ‘calor’ dos eventos. Escrito por missionários jesuítas que acompanharam as jornadas militares na Paraíba entre 1584 e 1587, o *Sumário* é um documento complexo em narrativa, escrito por várias mãos, perpassado pelo discurso jesuíta em defesa de sua missão e que foi construído para ser circulado anonimamente, tendo, inclusive, sido citado por Frei Vicente (Batista, 2012, p. 14-15).

Por outro lado, seguindo a linha do IHGB, também os institutos históricos regionais se esmeraram em elaborar uma linearidade para suas próprias províncias. É nesse contexto que se insere o historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa que, ligado ao Instituto Arqueológico, Histórico Geográfico de Pernambuco (IAHGP), foi autor de uma monumental obra de compilação de fontes sobre a história dessa capitania, os *Anais Pernambucanos* (Teixeira, 2011). Em seus dez volumes, escritos nas últimas décadas do século XIX e publicados a partir de 1923, Costa reorganizou narrativas coloniais e reproduziu discursos, tais como o do ‘aliado nativo’, que exerceram um grande impacto na historiografia pernambucana que lhe sucedeu e que basicamente o usa como uma fonte primária (Teixeira, 2011).

Assim, quando Pereira da Costa ([1923] 1985, vol. 1, p. 413) diz, sobre as campanhas da dita conquista dos Potiguar, que:

De Pernambuco foram Francisco de Caldas, que serviu de provedor da fazenda, e Gaspar Dias de Ataíde, com muitos soldados, ao rio de S. Francisco, e ajudando-se Braço de Peixe, que era um grande principal dos Tabajaras e da sua gente, que era muito esforçada e guerreira, entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais.

Ele ilustra o tipo de formação discursiva que inspira nossos questionamentos, tanto narrativos quanto factuais: por um lado, ele define a ação como sendo desenhada e movida pelos portugueses, apenas “ajudados” pelo morubixaba tabajara, estabelecendo esse povo como os perfeitos vassalos, muito “esforçados”. Por outro lado, e a despeito de si mesma, sua descrição oferece pistas de que a ação não foi tão colonial assim, pois não apenas o morubixaba Braço de Peixe, cujo nome tupi era



Piragibe (Silva, 2020b, p. 01), foi mencionado, mas a afirmação de que a expedição entrou “muitas léguas pelo sertão” leva diretamente à dedução de que ela só foi possível com recurso a guias, tradutores e intermediários tupi, como já observado em trabalhos recentes (Silva, 2023a).

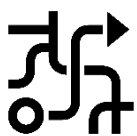
Nosso desafio aqui, então, é seguir essas pistas, tentando fugir às armadilhas de silenciamento que o discurso eurocêntrico impõe à própria forma narrativa, e alcançar a ação indígena em guerras de conquista que eram, pelo menos antes da devastação das epidemias, tão tupi quanto europeias.

DO QUE FALAMOS QUANDO DIZEMOS ‘CONQUISTA’? REVENDO CONCEITOS E REPENSANDO AS NARRATIVAS

No século XVI, o termo conquista começou a ser usado para atribuir heroicidade aos protagonistas ibéricos da invasão das Américas (Elliott, 1990, p. 128) em narrativas que deram ensejo a um discurso que sugeria, como Bruit (1992) já apontou, a existência de uma vitória político-militar completa sobre os indígenas que teria sido possível graças a uma apregoada superioridade militar europeia. Vitória completa e superioridade militar que não existiram, mas que das crônicas passaram para a historiografia.³

Esse discurso propagou também imagens de uma pretensa inferioridade tática e política indígenas ao afirmar que esses teriam sido usados politicamente por ‘inventivos’ europeus, sem consideração a suas motivações internas. Problematizando essa abordagem, Restall (2018, p. 24-25) critica a insistência, tanto das narrativas coloniais quanto da historiografia que delas surgiu, em perguntar ‘por que’ os mexicas teriam sido tão rapidamente conquistados por ‘tão poucos’ espanhóis. Para ele, a pergunta é tendenciosa por induzir à ideia errônea de que ‘poucos espanhóis’ teriam vencido facilmente milhares de mexicas. Além disso, ela também se baseia no que ele chama de cronologia corteziana dos eventos (ou seja, sob a

³ Essa ideia é defendida por autores de diferentes correntes, desde Ruggiero Romano (1973) até Jared Diamond (2017), passando por Tzvetan Todorov (2003).



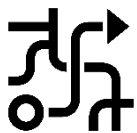
lógica do 'conquistador'), segundo a qual a instalação do Império espanhol na região teria sido inevitável após uma vitória 'total' contra os mesoamericanos.

Por isso, é importante ressaltar, como os autores da *New Conquest History* (NCH) fazem, que as fontes para tais narrativas foram construídas não durante os eventos narrados, mas posteriormente, quando a presença ibérica já era uma realidade concreta, assim como os escritos de Frei Vicente e de Soares de Souza. Observando a narrativa da dita conquista do México, Susan Schroeder (2007, p. 11) afirma que uma de suas principais fontes, a *História* organizada pelo Bispo Sahagún a partir de relatos nahuatl, na verdade apresenta a versão retrospectiva dos Tlateloca, inimigos seculares dos Mexicas e que culpavam estes pela queda de Tenochtitlán. Restall (2006) também mostra como os relatos indígenas que apresentavam Montecuzoma como um governante crédulo e débil, e que foram tomados como verdade por autores como Todorov, só foram escritos décadas após a morte desse imperador por relatores de uma sociedade mexicana em crise, que reinterpretaram as memórias coletivas sobre os eventos em questão a partir de seus próprios traumas. Já Eduardo Natalino dos Santos (2014, p. 231), criticando a aceitação que a historiografia ainda faz dessa visão retrospectiva das crônicas, afirma que:

Um anacronismo muito comum consiste em pensar que os grupos indígenas da primeira metade do século XVI sabiam, assim como nós, que olhamos retrospectivamente, o que ocorreria nas décadas posteriores, isto é, a progressiva diminuição de sua participação na organização política e a crescente exploração tributária e de mão de obra pelos castelhanos. Como seguramente não sabiam, a gama de variáveis levada em conta para tomarem suas decisões frente à nova ordem que se instaurava era outra e dela não faziam parte uma aliança pan-indígena para combater os minoritários castelhanos ou, tampouco, a visão de que todos estavam derrotados com a queda de México-Tenochtitlan.

Todas essas considerações certamente podem ser extrapoladas para a história tupi na conquista das capitanias do norte.⁴ De fato, as narrativas basilares para essa história – algumas das quais retrospectivas, outras baseadas em narradores

⁴ Por Capitanias do Norte entendemos, segundo Alveal e Dias (2020, p. 13): "uma conformação regional de limites econômicos e políticos, que abarcava os territórios ao Norte do Rio São Francisco até a Serra da Ibiapaba, limite do Estado do Brasil com o Estado do Grão Pará e Maranhão, ou seja, os territórios da comarca de Alagoas, como parte da Capitania de Pernambuco, além de Itamaracá (extinta apenas na década de 1760), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará."

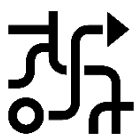


indígenas cujos saberes foram apropriados pelos cronistas (Silva, 2011, p. 12, 17) – apesar de sempre trazerem personagens indígenas, sempre os colocam como massa de manobra de comandantes europeus em enredos que apresentam visões muito lineares e dualistas da conquista, com conquistadores de um lado e vassalos e vencidos de outro, todos bem estabelecidos em seus papéis.

Sobre isso, Maria Regina Celestino de Almeida (2017, p. 23) já apontou como tais narrativas desenharam “heróis portugueses derrotando índios selvagens com o apoio de índios fiéis e submissos”, ao invés de “grupos étnicos e sociais distintos que lutavam e negociavam, cada qual procurando fazer valer seus interesses.” Nessa estrutura narrativa qualquer ação e decisão indígena desaparecia quando esses eram estabelecidos enquanto personagens secundários. Observando como essa representação foi consolidada na cronologia temática da História do Brasil, John Manuel Monteiro (1999, p. 237) percebeu que, para além dos eventos contados nos anos iniciais da colonização, a narrativa dessa história oficial apresenta os indígenas apenas pontualmente “como valentes auxiliares dos luso-brasileiros na guerra contra os holandeses, ou como vítimas dos excessos dos bandeirantes, ou, ainda, como os protegidos do magnânimo Rondon no início deste século.”

Esse é o discurso dos ‘aliados nativos’, no qual os indígenas são coadjuvantes sem agência, que perpassa também as histórias que apresentam os Tlaxcaltecas como tropas amorfas que agiam em obediência a lideranças europeias, compondo o grosso das forças espanholas invasoras sem interesses próprios (Oudijk, Restall, 2013); está presente também quando Frei Vicente estabelece os eventos da conquista das capitanias do norte, executados por donatários e governadores a partir da força de colonos armados e de contingentes de indígenas aliados. Exemplo disso é sua descrição de uma das campanhas contra os Potiguar, na qual o comandante de Itamaracá teria enviado, a serviço do donatário de Pernambuco, “trinta e cinco soldados brancos, e dois mil índios flecheiros”, entregando-os “para que os repartisse por onde visse serem necessários” (Salvador, ([1627] 2010), p. 216).

Frei Vicente escamoteia, nessa formação discursiva, qualquer interesse próprio desses dois mil flecheiros, que são descritos como meros objetos sem agência a serem “entregues” e “repartidos” por um comandante português a outro. Foi a partir



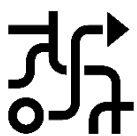
de sua *História* que as narrativas sobre as guerras coloniais passaram a incluir a presença do braço armado indígena, sempre apresentado como aliado à disposição dos comandantes luso-americanos (Fujimoto, 2016), em um discurso racionalizado, segundo a agenda do IHGB oitocentista, pela historiografia militar novecentista da qual a obra de Nelson Werneck Sodré (1968), *História Militar do Brasil*, é um bom exemplo.

No entanto, fugindo das armadilhas discursivas das crônicas coloniais, essas campanhas podem ser observadas, nessas mesmas crônicas, não como parte de um movimento inexorável de conquista europeia, mas como conflitos tupi entre diferentes inimigos tradicionais. Como propõe Meira (2020, p. 13), esses conflitos que os relatores quinhentistas interpretavam como de conquista portuguesa, eram, de fato, ações na expansão potiguar e tabajara que foram iniciadas bem antes da intrusão europeia.

DE QUEM FALAMOS QUANDO FALAMOS DE CAETÉ, POTIGUAR E TABAJARA? A CRIAÇÃO DOS TUPI ENQUANTO ALIADOS OU ADVERSÁRIOS

Nesse sentido, as campanhas que cronistas como Frei Vicente diziam serem de conquista ibérica (Salvador, ([1627] 2010), p. 69), antes de mais nada eram, em intenção e design, guerras entre os povos que passaram para a história como Caeté, Potiguar e Tabajara. Povos tupi que dominavam a região costeira entre a margem norte do rio São Francisco e as dunas do Rio Grande do Norte, sua estrutura política os confrontava, compondo uma rede tripla de inimizades tradicionais que era, inclusive, peça importante em suas identidades (Fernandes [1951] 2006; Cunha, Castro, 1985; Perrone-Moisés, 2000).

Mas, como todos os povos originários, sua história está perpassada não apenas por uma ausência de fontes próprias, mas pelas representações que em torno deles foram criadas pelas narrativas coloniais (e historiográficas) que lhes atribuíram papéis específicos: os Tabajara foram definidos como os aliados por excelência dos donatários de Pernambuco. Já os Caeté foram colocados como os inimigos essenciais, principalmente a partir de sua rejeição de qualquer acordo com europeus.

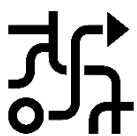


Aos Potiguar, por sua vez, foram dadas mais nuances, tendo passado de adversários que se haviam aliado aos franceses, a aliados tão valiosos que para eles foi criada uma tropa específica.

Os Tupi como um todo, também generalizados como Tupinambá, foram objeto de uma fetichização elaborada pelo Romantismo e pelos autores indianistas do IHGB, que criaram discursos historiográficos tecidos em torno da representação que hoje é definida como do “índio genérico”: personagem congelado em um passado idílico e caricaturizado a partir de elementos culturais tupi (Kayapó, 2023, p. 29). Só no século XX, o trabalho de Florestan Fernandes ([1951] 2006) abriu caminho para a observação mais acurada de sua história, seguido por antropólogos como Manuela Carneiro da Cunha (1992), Eduardo Viveiros de Castros (2017), Beatriz Perrone-Moises (2000) e Carlos Fausto (1992) que estudaram sua sociedade no século XVI e exerceram grande influência sobre a Nova História Indígena (NHI) e os historiadores que moldaram essa corrente, como Ronaldo Vainfas (1995), Ronald Raminelli (1996), John Monteiro (2001) e Maria Regina Celestino de Almeida (2003).

Quando recortamos desse conjunto aqueles estudos especificamente dedicados aos Caeté, Potiguar e Tabajara, entretanto, percebemos um desnivelamento. Os Potiguar, que de adversários ferrenhos da colonização portuguesa passaram à mão de obra militar prestigiada durante as guerras holandesas, foram objeto de muitos olhares: de Gonçalves de Mello (1954) e sua biografia de Felipe Camarão, até, já no século XXI, estudos sobre o ‘terço dos índios’ (Elias, 2005; Medeiros, 2011; Meira, 2020; Ferreira, 2022); sobre suas resistências e negociações frente ao avanço dos aldeamentos (Lopes, 2003; Silva, 2008); e sobre trajetórias de personagens como Antônio Paraupaba (Pereira, 2010; Cerno, 2013; Miranda, Xucuru-Kariri, Costa, 2024).

Enquanto isso, a própria existência independente dos Tabajara foi e é contestada, com Carlos Fausto (1992) afirmando que a palavra originalmente se referia aos inimigos tupi, seguido por Lígio Maia (2017) para quem ‘tabajara’ era um marcador de alteridade que se transformou em uma identidade própria daqueles migrados para a Serra do Ibiapaba, no Ceará. Já os estudos que focam o século XVII falam deles como uma identidade tupi específica, principalmente aqueles que se debruçam sobre sua atuação no ‘terço dos índios’ (Medeiros, 2005; Silva, 2008; Meira,



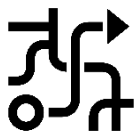
2020; Ferreira, 2022); sem falar de sua representação enquanto ‘aliados nativos’ ideais, construída por Pereira da Costa ([1923] 1985, vol 1, p. 311).

Os Caeté, por sua vez, foram estabelecidos narrativamente como os adversários principais dos primeiros colonos conquistadores desde Gabriel Soares de Souza ([1587], 2000), que os apresentou como o gentio “que tanto mal tem feito aos portugueses nesta costa”, enquanto Hans Staden ([1587] 2008, p. 28) relatava seus ataques aos assentamentos coloniais, apesar de frisar que esses se davam “por culpa dos portugueses”.

Staden, é claro, não compartilhava do sistema de valores ibérico-açucareiro que alimentou as representações sobre os Tupi reproduzidas por Soares de Souza, razão pela qual sua opinião dos Caeté foi na contramão daquela que se tornaria o discurso que os apresentava como os adversários a serem derrotados para que a ‘civilização do açúcar’ pudesse ser instalada. Discurso que foi consolidado por Pereira da Costa ([1923] 1985, vol. 1, p. 326), segundo quem os Caeté teriam movido “a mais terrível guerra contra a nascente e próspera colônia de Pernambuco”, o que teria motivado que contra eles fosse travada uma guerra sem acordos e levado a sua classificação como ‘extintos’.

Não falemos de extinção, todavia, porque os Caeté não estiveram ausentes dos aldeamentos e do processo etnogênico que se seguiu e transformou as sociedades indígenas da região: Wesley Silva (2022, p. 23-24) localiza-os em aldeamentos do litoral de Pernambuco, na segunda metade do século XVI, integrados aos Potiguar e aos Tabajara e considera que, assim como esses últimos, ‘Caeté’ também era uma designação externa ao povo. Igor Silva e Edson Silva (2024) também ponderam que o etnônimo ‘Caeté’ poderia ser em si uma generalização de vários povos residentes na Mata Sul de Pernambuco, enquanto Lígio Maia (2017, p. 230-231) revisita a hipótese levantada por Florestan Fernandes e Alfred Metraux de que os Tupinambá encontrados no Maranhão no fim do século XVI seriam uma reconfiguração de outros povos tupi, fugidos de Pernambuco, dentre os quais estavam os Caeté.

Seja como for, a imagem de inimigos principais dos portugueses justificou sua transformação em alvo de ‘guerras justas’ ordenadas por governadores como Mem de Sá (Silva, 2022, p. 44), o que aparece na descrição que Pereira da Costa ([1923]

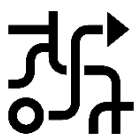


1985, vol. 1, p. 284-285) faz da vingança pela morte do Bispo Sardinha em 1556, executada pelo governo da Bahia contra os Caeté:

Não podendo os selvagens resistir ao embate de um considerável exército, dispondo de grossa artilharia, e de numerosas forças de infantaria e cavalaria, além de quase três mil índios flecheiros, aliados, viram eles inopinadamente invadidas e taladas as suas terras, destruídas as suas aldeias e lavouras, e por fim, depois de uma defesa heroica em combates e assédios, caem vencidos, custando-lhes a terrível campanha cerca de três mil mortes, e caindo prisioneiros e escravos quatro mil, que foram divididos pelos expedicionários como vantagens de guerra. (Costa, ([1923] 1985, vol. 1 p.32)

Nesse trecho, a narrativa da derrota dos Caeté aparece tecida a partir de um somatório de vários elementos do discurso da conquista: a ideia de uma conquista avassaladora de indígenas por europeus militarmente superiores; a ideia de uma superioridade tecnológica dos europeus; a inclusão de ‘aliados nativos’ numericamente superiores, mas sem protagonismo.

Essa propaganda inevitabilidade da vitória europeia aparece em formulações que afirmam que os “selvagens” não podiam resistir ao “considerável” exército colonial, negando deliberadamente que a principal força desse exército estava nos três mil flecheiros que o próprio autor afirma estarem presentes. Nessa negação, reproduz-se a representação da superioridade militar europeia por meio da menção a contingentes “numerosos” de cavalaria e infantaria e a uma “grossa artilharia”. Trata-se de um dos “mitos” favoritos da narrativa da conquista, segundo Restall (2006): aquele que atribui às armas de fogo e à cavalaria um caráter devastador para os indígenas, quando investigações históricas e arqueológicas têm demonstrado que, tanto do ponto de vista numérico quanto tático, armas de fogo e cavalos não exerceram o peso que a historiografia oitocentista e novecentista lhes atribuiu. Na verdade, o próprio Restall (2006, p. 233-240) fala das limitações dos cavalos e armas de fogo usadas pelos espanhóis, enquanto diversas outras pesquisas (Jones, 2017; Moro, Colveiro, 2018) têm mostrado como vários povos indígenas, dos Cheyene nas planícies norte-americanas aos charrua no sul das Américas, tornaram-se exímios criadores de cavalos e cavaleiros, sem falar nos trabalhos que mencionam os povos indígenas dos sertões das capitanias do norte dominando cavalos e armas de fogo (Santos Junior, 2008; Silva, 2020c).



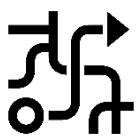
Voltando à narrativa de Pereira da Costa, vemos que, apesar de toda sua retórica em prol da superioridade colonial, ela ainda assim traz pistas para o que, de fato, provocou a derrota caeté: o enunciado que fala em 3 mil flecheiros aliados. Quem eram esses e quais suas motivações não é dito, já que o autor esperava que sua simples apresentação enquanto “aliados” fosse o suficiente para localizá-los na história, uma vez que não era sobre eles que queria escrever. Considerando, entretanto, o contexto político tupi que se desenrolava à revelia e anteriormente aos europeus, provavelmente eram os Tabajara.

Interessante que nas cartas de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, escritas entre as décadas de 1540 e 1580, quase nada foi dito que identificasse os povos da região, com exceção de uma fala sobre os ‘petiguares’ que, segundo ele, ocupavam toda a costa até o rio São Francisco (Mello, Albuquerque, 1967, p. 100). Somente no tratado de Gabriel Soares de Souza apareceram pela primeira vez as identificações de Caeté, Potiguar e Tabajara (Medeiros, 2005).

Assim, talvez todas essas identidades fossem mesmo posteriores ao contato, e nós pouco consigamos visualizar de sua fluidez identitária antes das primeiras leva da invasão europeia. Afinal, não poucas vezes, ao se referir aos povos dessas costas, Frei Vicente falou apenas no “gentio”, sem especificar quem: o “gentio” que foi desbaratado por Mem de Sá, o “gentio” que foi desbaratado por Duarte Coelho e a tal ponto “atemorizado” que “se deixavam amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas” (SALVADOR, [1627] 2010, p. 218). Discurso esse que foi apropriado pela historiografia e que séculos depois Bruit (1992, p. 15) descreveria como um que simplificava o processo de conquista, como “um vendaval que se abateu impiedosamente sobre povos ‘pusilânimes’, ‘medrosos’ e ‘pacíficos’.”

TABAJARA CONTRA POTIGUAR, TABAJARA CONTRA CAETÉ: GUERRA TUPI E APROPRIAÇÕES COLONIAIS:

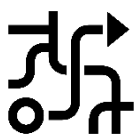
Mas, representações de derrotas e vassalagens à parte, o que as pistas nessas fontes nos dizem sobre os interesses tupi nos eventos que foram interpretados como conquista?



Através delas, conseguimos entrever, por exemplo, o quanto os morubixabas estiveram ativos na criação de estratégias para controlar seus territórios no século XVI, muito mais preocupados com seus inimigos tradicionais do que com os invasores precariamente estabelecidos, como Eduardo Natalino apontou em citação já analisada (Santos, 2014, p. 231). No *Sumário das Armadas* ([1585] 1996) vemos que, até pelo menos o final do século XVI – quando o tratado de paz assinado pelos Potiguar, em 1599, marcou sua redução a aldeamentos e o fim de sua autônoma política – os Tupi impuseram seus próprios interesses no campo de batalha e mesmo no formato assumido pelas alianças. Nele, por exemplo, apesar do protagonismo dado aos muitos comandantes luso-espanhóis citados, a ação de morubixabas aparece na criação de estratégias que são descritas como ora contrárias e ora favoráveis aos europeus.

Também Frei Vicente (Salvador, [1627] 2010, p. 352) cita morubixabas como Braço de Peixe, Assento de Pássaro, Pedra Verde, Mangue e Cardo Grande como comandantes de campanhas contra os Potiguar. Suas motivações podem ser encontradas naquilo que Eduardo Viveiros de Castros (2017, p. 225) chama de imperativo da vingança, melhor descrito pela afirmação de Soares de Souza ([1587] 2000, p. 320), segundo quem todos os “fundamentos” desses chefes eram fazer “guerra a seus contrários”. Nesse sentido, as alianças com os europeus eram uma estratégia a mais em uma guerra secular, especialmente no caso dos acordos por casamento entre os homens da família donatarial de Pernambuco e mulheres tabajara (MELLO; ALBUQUERQUE, 1967, p. 97-100). Caso em que os portugueses assumiam o papel de ‘parentes’ dentro de uma estrutura de poder que dependia do lugar das mulheres na sociedade tupi, como já bem detalhado por João Azevedo Fernandes (2016, p. 38). Dessa forma, como Manuela Carneiro da Cunha (2002, p. 07) já afirmou, eram os morubixabas que “pacificavam” os brancos.

E as pistas para sua ação e dos seus flecheiros, guias e tradutores nas campanhas ditas de conquista são várias: Frei Vicente fala das forças do tabajara Assento de Pássaro contra os Potiguar nas décadas de 1580 e 1590. Também fala das táticas de inteligência potiguar, baseadas em uma rede de informação que lhes permitia abandonar as aldeias antes da chegada das tropas coloniais (Salvador, [1627] 2010, p. 99). Descreve ainda os números de uma força colonial que adentrou



o território potiguar em 1597, com 188 colonos a pé e a cavalo e 820 flecheiros, entre Tabajara e Potiguar já aldeados, comandados por Piragibe, Assento de Pássaro, Pedra Verde, Mangue e Cardo Grande (Salvador, [1627] 2010, p. 104). Por outro lado, Frei Vicente também menciona “espias e corredores” indígenas atuando contra os Potiguar do Rio Grande do Norte em 1597, enquanto o *Sumário* cita os “línguas” (tradutores) empregados pelos luso-espanhóis como espiões junto às forças de Piragibe. Convém lembrar que os papéis de guia e tradutor frequentemente se sobreponham e que nem os indígenas nem as fontes coloniais parecem ter estabelecido distinções claras entre guias, tradutores, batedores e espiões. Contratados para “guiar” as expedições, esses agentes atuavam orientando e definindo rotas, intermediando mensagens e, em alguns casos, servindo como informantes (Oudjik, Restall, 2013, p. 24) e muitas vezes desempenhando papéis diplomáticos: caso, nos conflitos contra os Potiguar, dos comandantes coloniais negociando com Piragibe através do intermédio dos ‘línguas’.⁵

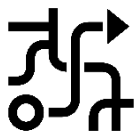
E é preciso ressaltar que a decisão de apoiar ou sabotar a expedição, por parte desses intermediários, poderia significar o sucesso ou fracasso da mesma (DIAS, 2013, p. 212).

Nesse cenário, o acordo firmado entre os chefes tabajara e os donatários de Pernambuco, que do ponto de vista dos colonos garantiu sua fixação e o aumento do número de engenhos no litoral, para os Tabajara foi apenas mais uma manobra contra seus inimigos tradicionais. De fato, apesar de Frei Vicente mencioná-los apenas como aliados “pacificados” dos donatários, sua descrição dos confrontos contra os Caeté apresenta indícios do quanto eles, na verdade, definiram o formato da guerra.

Isso transparece na descrição de um ataque, que o frei diz ter sido organizado por Jeronimo de Albuquerque, a uma ‘cerca’ inimiga no Cabo de Santo Agostinho, ocasião na qual Albuquerque teria se armado:

com os brancos, que pôde ajuntar, e mais de dez mil de estoutros índios, que para isto se lhe ofereceram de boa vontade, e como eram tantos, e os da cerca 600 flecheiros, com muita confiança remeteram a ela, e a acometeram por todas as partes, parecendo-lhes que já a tinham ganhada, mas os de dentro, como andavam mais resguardados, se defenderam, e os ofenderam

⁵ Para uma análise mais detalhada dos papéis de guias e tradutores no contexto da conquista do sertão ver Silva, 2023a.

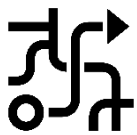


de modo matando e ferindo tantos, que foi forçado aos capitães, depois de muitas horas de peleja, mandá-los recolher para uma caçara, ou cerca de rama, que fizeram 25 braças afastada da dos contrários, e houve toda aquela noite grande jogo de pulhas, e bravatas de parte a parte, como costumam: dizendo, todavia, os contrários sempre que não o haviam com os brancos, antes queriam sua amizade, senão com os índios, e assim o mostraram o dia seguinte, porque estando os nossos portugueses, e índios muito descuidados, cuidando que não os viriam buscar, eles com um socorro de duzentos flecheiros, que lhes veio de outra aldeia, saíram com tanta pressa, e os cometeram com tanta fúria, que a muitos não deram lugar para tomar armas, e sem elas, e sem ordem alguma lançaram a fugir, tirado o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, que se foi retirando com os portugueses ordenadamente (....). (Salvador, [1627] 2010, p. 151)

Ressaltemos, nesse trecho, as várias pistas sobre as táticas tupi deixadas por Frei Vicente. A primeira delas está na descrição de como o donatário reuniu “os brancos, que pôde ajuntar”, além de mais dez mil flecheiros voluntários, para ir combater aqueles que presumimos serem os Caeté, deixando clara a preponderância numérica de guerreiros tupi sobre os europeus; por outro lado, também sugere um conflito entre os indígenas que já estava se desenrolando sem a interferência estrangeira, pois não apenas os ‘aliados’ haviam se voluntariado, como também os atacados afirmaram claramente que não tinham problemas “com os brancos, antes queriam sua amizade”, mas tinham problemas, sim, “com os índios”.

Por sua vez, a descrição da batalha que segue é elucidativa de como esse conflito, interpretado pelo cronista como conquista, foi, para os indígenas, mais uma guerra tupi: milhares de flecheiros, acompanhados pelos brancos, atacando “com muita confiança” a aldeia inimiga, defendida por 600 flecheiros; ataques-surpresa que constituíam a guerra móvel tupi; uso da flecharia como armamento principal; construção de paliçadas temporárias para auxiliar nos ataques; e uso do “jogo de pulhas”, isto é, insultos que o próprio narrador admite serem táticas costumeiras. Todos esses elementos integravam o conjunto tático da guerra tupi, que incluía também emboscadas e o uso de gases nocivos, como descreveram Staden ([1557] 2008, p. 29) e Léry ([1578] 1961, p. 149). Isso sem falar, é claro, de toda a logística de apoio que sustentava as tropas e que era fundamentalmente tupi: do fornecimento de farinha à definição das rotas de ataque.

Um conjunto tático que demonstra que, longe de superarem os europeus apenas em números, os Tupi exerciam pleno controle militar do campo de batalha a partir de



estratégias montadas com base em sua cultura político-militar, seu domínio tecnológico do ambiente e sua releitura de técnicas europeias.⁶

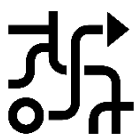
Na sequência, vemos como o contra-ataque dos defensores, que haviam recebido “socorro de duzentos flecheiros, que lhes veio de outra aldeia” colocou os atacantes em debandada, apesar de Frei Vicente, sempre preservando a dignidade portuguesa, afirmar que Albuquerque se retirara “ordenadamente” enquanto seus aliados indígenas teriam “sem ordem alguma” se lançado a fugir. Elementos retóricos que enfatizavam a civilidade dos europeus em contraste com uma dita selvageria indígena.

Entretanto, o fato de interpretarmos essa história contada por Frei Vicente como mais um episódio na guerra tabajara-caeté não significa que acreditemos que seu desfecho não tenha beneficiado consideravelmente os colonos, e que os próprios Tabajara, a médio prazo, não tenham perdido com ela. Pelo contrário, no entanto, é preciso considerar que, perdas e ganhos a médio e longo prazo não apagam as agendas específicas que movimentaram a montagem desses conflitos no momento em que ocorreram.

Se isso pode ser dito para a guerra tabajara-caeté, também pode ser dito para o conflito tabajara-potiguar narrado historiograficamente como a conquista da Paraíba (Silva, 2020a). Os fragmentos nos mostram que o grosso das tropas nesses eventos foi Tabajara, pelo menos até o acordo de paz com os próprios Potiguar, quando esses assumiram o papel principal: exemplo é a descrição no *Sumário das Armadas* ([1585] 1996) das forças que obtiveram a primeira grande vitória colonial contra os Potiguar, em 1584, e que contavam com cerca de mil homens, dos quais pelo menos quinhentos eram flecheiros tabajara; também a descrição de uma derrota colonial na qual teriam perecido 50 “brancos” e 400 “índios”.

Foquemos então o morubixaba Piragibe que os portugueses chamavam Braço de Peixe. Mencionado no *Sumário* e em Frei Vicente, Piragibe tem sua história repetida por Perera da Costa. No *Sumário* ele aparece como tendo se aliado aos colonos de Pernambuco – colocados pela narrativa, claro, no comando das

⁶ Para uma descrição mais detalhada das táticas tupi nas guerras tupi-coloniais de conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte, cf. Silva, 2020a.

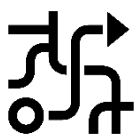


expedições – mas as pistas apontam como, de fato, era seu o controle da logística dessas: desde o fornecimento da ‘farinha de guerra’ que sustentava as tropas, produzida pelas mulheres tabajara, até o comando dos guias responsáveis por toda a inteligência usada para organizar as expedições (Silva, 2023).

Já Pereira da Costa ([1923] 1985, vol. 1) enfatizou como, após ter se aliado aos portugueses e “ajudado” a massacrar e escravizar aldeias potiguar, Piragibe e sua gente foi traído por seus pretensos aliados europeus. Descrevendo Piragibe como “ajudante” dos portugueses, Costa afirmou que, após as vitórias, os colonos decidiram escravizar não apenas os indígenas derrotados, mas também seus aliados tabajara. Em resposta, Piragibe montou uma estratégia que começava pela dissimulação: continuou a alimentar a expedição, mandando duzentos caçadores para providenciar o abastecimento da tropa (mostrando o quanto toda a logística dependia dos Tabajara) e fazendo, assim, os portugueses baixarem a guarda; ao mesmo tempo enviava secretamente mensageiros para pedir apoio a outro morubixaba, Assento de Pássaro, após o que:

e avisou os seus caçadores que estavam entre os brancos, que estivessem alerta na madrugada seguinte, para que, quando ouvissem o seu urro costumado, darem juntamente sobre os nossos, e lhe não escapar algum com vida. (Costa, ([1923] 1985, vol. 1 p. 413).

Tendo derrotado os brancos nessa emboscada, os Tabajara libertaram os cativos, abandonaram sua aliança com os portugueses e foram se unir a seus até então inimigos tradicionais, os Potiguar em uma aliança de pouca duração. Independente disso, o que vemos nesse relato de Pereira da Costa são as decisões dos morubixabas e seu controle dos eventos nos conflitos da dita conquista, eventos que se desenrolavam em seu território e nos quais os europeus, se certamente peças a serem consideradas, não desempenhavam de forma nenhuma o papel central incontestável. Por fim, vemos também o quanto essa narrativa historiográfica, fundadora da história da conquista de Pernambuco, repete o que Orlandi (1990, p. 15) definiu como discurso da descoberta, reproduzindo narrativa e representações elaboradas por Frei Vicente, que já em si copiava o *Sumario das Armadas*.



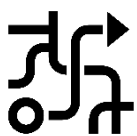
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, o que essas narrativas nos mostram, por trás de sua estrutura que definia os colonos como os conquistadores protagonistas, é que as vitórias obtidas pelos Tabajara no que eram, de fato, guerras tabajara contra Potiguar e Caeté, foram obliteradas pela estrutura discursiva de escritos que enfatizavam os sucessos portugueses.

Sugerimos que, não fossem as epidemias, os europeus teriam sido suplantados pelos indígenas. Apesar disso, quando nos debruçamos sobre as ditas guerras de conquista não enquanto fenômenos desenhados e comandados pelos europeus, mas como eventos que integravam o cenário político tupi, percebemos como esse foi gradativamente se transformando e fugindo ao controle indígena devido a fatores externos trazidos pelos invasores, que incluíam epidemias assim como a própria presença intrusiva de novos contendores políticos. No entanto, a palavra-chave aqui é ‘gradativamente’, pois a guerra colonial quinhentista foi, em si, uma guerra indígena em vários níveis (Fujimoto, 2016; Silva, 2020a), apesar de que, no discurso eurocêntrico que construiu a narrativa oficial da história da conquista, “a expansão colonial passou a ser confundida com a expansão territorial dos Tabajara pela região ao norte do rio Paraíba” (Meira, 2020, p. 13).

Logo, esse discurso de uma conquista europeia inevitável se tornou, com o projeto de História dos institutos históricos oitocentistas, um paradigma narrativo no qual as representações dos indígenas se fixaram entre uma imagem de aliado submisso, ou seja, o vassalo sem interesses próprios, e a de inimigo ‘selvagem’. Eni Orlandi (1990, p.15) já observou como os efeitos de sentido produzidos por tais discursos “até hoje marcam os indígenas com o selo de povos colonizados” e lhes negam historicidade, ajudando a ancorar, no imaginário brasileiro, representações marcadas por um olhar eurocêntrico e imperialista (Oliveira, 2015, p. 63).

Por fim, notamos que, ao questionarmos as narrativas coloniais em busca de seus tropos e das pistas da ação política tupi, apenas arranhamos a superfície de uma história político-militar dos Caeté, Potiguar e Tabajara no momento da invasão europeia; uma história que ainda precisa ser construída. Apesar disso, vemos indícios



dessa ação (e dessa história) nos acordos contra e a favor dos invasores travados por morubixabas como Piragibe. Não só nele, mas em todos os morubixabas nomeados no *Sumário das Armadas* e em Frei Vicente, além daqueles que não são nomeados, mas que assinaram alianças que terminaram lhes impondo aldeamentos e levaram a reconfigurações sociais, como aquelas orquestradas em torno do Terço dos Índios no século XVII.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. *Revista História Unicap*, v. 7, n. 13, 2020.

ALMEIDA, Maria Regina C. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75: 17-38. 2017.

ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses Indígenas – identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV\FAPERJ, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; OLIVEIRA, João Pacheco de. Prefácio. In: SOUZA, F. F.; WITTMANN, L. T.. *Protagonismo indígena na história*. Tubarão, SC; Erechim, RS, UFFS, 2016, pp. 07-14.

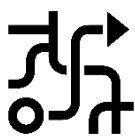
ANDRADE, Luiz Cristiano O. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. Dissertação (mestrado em história social) UFRJ, RJ, 2004.

BATISTA, Adriel F. *O Sumário das Armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho. *A conquista do rio ruim: a Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630)*. Tese (Doutorado em História), Universidad de Salamanca. Salamanca, 2020.

BRUIT, Hector. O Visível e o Invisível na Conquista da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, pp- 77-102.

CARRARA, A. A.. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, 23(38), 574–596. 2007.



CASTRO, Eduardo V. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Ubu, 2017.

CERNO, L.; Obermeier, F.. Cartas de indígenas potiguaras de las Guerras Holandesas en el Brasil (1645-1646). *Corpus* [En línea], Vol 3, No 1, 2013.

CONVENÇÃO Para a Grafia dos Nomes Tribais. *Revista de Antropologia*, Vol. 2, No. 2 (DEZ 1954), pp. 150-152.

COSTA, F. A. Pereira da ([1923]. *Anais Pernambucanos*. Volume 01. Recife: Fundarpe. 1985.

CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela C. da. Apresentação. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CUNHA, Manuela C. da; CASTRO, Eduardo V. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 1985, Tome 71, pp.191-208.

DIAS, T. C. Contatos e Desacatos: Os Línguas na Fronteira entre Sociedade Colonizadora e Indígenas (1740 A 1889) - Goiás. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 205, 2013.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

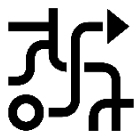
ELIAS, Juliana Lopes. *Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII: caso Camarão*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2005.

ELLIOTT, John. La Conquista Española e las colonias de América. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina. Vol. 1: La América Latina Colonial*. Barcelona: Cambridge Press\Editorial Critica, 1990. Pp. 125-169.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História Tupinambá. In: CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp.381-396.

FERNANDES, Florestan [1951]. *A Função da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, João Azevedo. *De Cunhã A Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil*. João Pessoa: ed. UFPB, 2016.



FERREIRA, Douglas B. *Os governadores dos índios do Estado do Brasil: ascensão, consolidação e decadência (1630 - 1755)*. Tese (doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2022.

FONSECA, Keven Fongaro. *Uma introdução aos fundamentos da narratologia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Cinema e Audiovisual) UFF, RJ, 2019.

FUJIMOTO, Juliana. *A Guerra Indígena como Guerra Colonial – As Representações e o Lugar da Belicosidade Indígena e da Antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII)*. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2016.

IVO, Isnara Pereira. A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto forro no Império português. in: *Anais do II Simpósio Nacional Escravidão e Mestiçagem*. Curitiba, 2005.

JONES, Karen. The story of Comanche: horsepower, heroism and the conquest of the American West. *War & Society*, v. 36, n. 3, p. 156-181, 2017.

KAYAPÓ, Edson. Conversas sobre povos indígenas, escola e o ensino da História. In: SOUZA, Rosemeire; RODRIGUES, Sonia (Orgs.). *Ensino de História Indígena na sala de aula: repensando práticas e metodologias*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 39–54.

LOPES, Fátima. Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Natal: IHGRN, 2003.

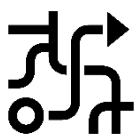
MAIA, Lígio de Oliveira. Dissensão (e distinção) entre os Tupinambá Coloniais: deslocamentos e fluxos culturais. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 14, n. 2, p. 227–241, 2017.

MEDEIROS, Ricardo. Concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros e formação de uma elite militar nas capitanias do norte da América Portuguesa (sécs. XVII e XVIII). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, 2011

MEDEIROS, Ricardo. Memória Indígena, Arqueologia e Patrimônio Cultural: Reflexões Sobre a Presença Indígena. *Clío Arqueológica*, n. 18, 2005.

MEIRA, Jean Paul G. *A mobilidade social das lideranças indígenas Tabajara e Potiguar na Paraíba e demais capitanias do norte do Brasil (séculos XVI - XVIII)*. Tese (Doutorado em História), UFPA, Belém, 2020.

MELLO, Evaldo Cabral de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. *ARS (São Paulo)*, v. 7, n. 13, p. 160–171, 2009.



MELLO, José Antônio G. de. *D. Antônio Felipe Camarão, Capitão-mor dos índios da Costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MIRANDA, Bruno F; XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA, Suzane L. Um Escrito Inédito do Indígena Antônio Paraupaba e o Ocaso das Relações Potiguaraneerlandesas (1654-1656). *Revista de História* (São Paulo), n. 183, p. a05724, 2024.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: História e Resistências dos Índios. In: NOVAES, Adalberto. *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Pp. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência (Antropologia), UNICAMP, 2001.

MORO, Taciane; COLVERO, Ronaldo Bernadino. Etnocídio na Banda Oriental: A Resistência Étnica dos Charrua Perante a Colonização. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 4, 2018.

NASCIMENTO, Alan M. *História e Direitos Humanos: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira*. Dissertação, UFPE, Recife, 2019

OLIVEIRA, Susane R. Ensino de História indígena: trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. In: PORTUGAL, A. R.; HURTADO, L. R.. *Representações Culturais da América Indígena*. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2015. Pp. 59-80.

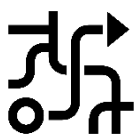
ORLANDI, Eni P. *Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (org.). *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

OUDIJK, Michel R.; RESTALL, Matthew. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century. In: MATTHEW, Laura E.; OUDIJK, Michel R. *Indian conquistadors: indigenous allies in the conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. Pp. 28-64.

OUDIJK, Michel R.; RESTALL, Matthew. *Conquista de buenas palabras y de guerra: Una visión indígena de la Conquista*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.

PEREIRA, João Paulo C. R. Felipe Camarão, Pedro Poty e Antônio Paraupaba: as lideranças militares indígenas nas fontes holandesas. In: *Anais do XIV Encontro Estadual de História da Anpuh Seção Paraíba*. João Pessoa: ANPUH-PB, 2010.



PERRONE-MOISÉS, Beatriz. A Vida nas Aldeias dos Tupi da Costa. *Oceanos*. Lisboa n. 42, p. 8-20, abr./jun. 2000.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: A representação de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RESTALL, Mathwell. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RESTALL, Matthew. The Time Loop of Mexico's Conquests. In: VILLELLA, Peter; LOAEZA, Pablo García (eds). *Reinventions of the Conquest of Mexico*. Norman: University of Oklahoma Press, vii-xiv.

RESTALL, Matthew. *When Montezuma Met Cortés: The True Story of the Meeting that Changed History*. New York: Ecco, 2018.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ROCHA, Vanessa Anelise Figueiredo da. *Missões Franciscanas como ferramenta da conquista dos sertões de Pernambuco (1659-1763)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

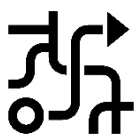
ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

SANTOS, Eduardo Natalino dos.. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos* 18(2):218-232, 2014.

SANTOS, Maria C. dos; FELIPPE, Guilherme G. (org.). *Protagonismo Ameríndio Ontem e Hoje*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS JÚNIOR, Valdecir. *Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008.

SCHROEDER, Susan. Introduction: The Genre of Conquest Studies. In: MATTHEL, Laura E.; OUDJIK, Michel. *Indian Conquistadors: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007, pp. 05-27.



SILVA, Ana Paula. *Narradores Tupinambá e etnosaberes nas crônicas francesas do Rio de Janeiro (1555-78) e do Maranhão (1612-15)*. Dissertação (mestrado em Memória Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Geisa. Teias de Alianças, Lealdade e Dependência: Tabajaras e Potiguares Aliados\Aldeados na Capitania de Pernambuco. *CLIO-revista de pesquisa histórica*, 25, v 2: 187, 2008.

SILVA, Igor Amarante; SILVA, Edson Hely. Indígenas em Contextos Urbanos e o Ensino da Temática Indígena em História na Rede Pública de Ensino Municipal no Cabo de Santo Agostinho/PE. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas-Campiô*, v. 3, n. 1, p. 37-53, 2024.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, 45(2), pp. 77–90, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei. Guerra indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do sec. XVI: táticas e estratégias Tupi na Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 8 out. 2020a.

SILVA, Kalina Vanderlei. Sem os 'tapuias' não se conquista o sertão: Atuação militar e negociações de flecheiros, guias e tradutores kariri e tarairiú nas expedições de conquista das capitanias do norte do Brasil no sec. XVII. *Revista Latino-Americana de História*, v. 12, n. 29, p. 6, 2023a.

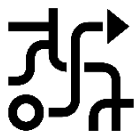
SILVA, Luísa S. O. Coutinho. *Nem teúdas, nem manteúdas: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822)*. Frankfurt: Max Planck Institute for European Legal History, 2020b.

SILVA, Tyego Franklim da. *"Entrada dos palmares e sossego dos Tapuias do Rio Grande": as guerras de conquista dos sertões das capitanias do Norte do Estado do Brasil (1654-1716)* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2023b.

SILVA, Wesley de Oliveira. Valentes Flecheiros: atuação das tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660-1700. *Epígrafe*, v. 8, n. 8, p. 110-137, 2020c.

SILVA, Wesley de O. *Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695*. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



TEIXEIRA, Tássia V. Brandão. FA Pereira da Costa e o Folklore pernambucano: Escritas da História. *Anais do Simpósio Nacional de História*. ANPUH, 26º, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FONTES

LÉRY, Jean de, *Viagem À Terra do Brasil [1578]*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1961.

MELLO, José Antônio G. de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (dir.). *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: FUNDAJ, 1967.

SALVADOR, Frei Vicente do [1627]. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de [1587]. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2000.

STADEN, Hans [1557]. *Duas Viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM Pockets, 2008.

SUMÁRIO das Armadas [1585]. *Revista Municípios em Destaque*, n. 69, 1996, pp.17-60.

Recebido em: 13/03/2026

Aprovado em: 01/06/2026